

BRAZIL, F.; MARQUES, I. *Arte em questões*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Rejane Bonomi Schifino*

O livro *Arte em Questões* (BRAZIL; MARQUES, 2014) é resultado da compilação de uma série de dezoito artigos publicados por Isabel Marques e Fábio Brazil, em 2005, no site da Agência Carta Maior. A ideia propulsora desta empreitada era estabelecer diálogos, tanto com o professor de arte, quanto com os demais sujeitos envolvidos, de alguma maneira, com o ensino de Artes nas suas linguagens mais usuais: Música, Teatro, Artes Visuais e Dança. Com a boa aceitação do projeto pelo público virtual - entre os quais se incluem profissionais da área nas escolas formais e em projetos extracurriculares, voluntários e gestores de projetos em organizações não governamentais (ONGs), estudantes de Ensino Fundamental, Médio e Superior, pesquisadores e público em geral, os autores optaram por publicar os textos em um novo suporte, com o intuito de suprir parte da lacuna de publicações referentes ao ensino de arte nas escolas existente no mercado editorial brasileiro.

Isabel Marques é formada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Dança pelo Laban Centre of Movement and Dance (London / UK) e doutora pela Faculdade de Educação da USP, com trabalho de pesquisa, ensino e dança internacionalmente reconhecido. Em 1996, fundou o Caleidos Companhia de Dança, o qual dirige. Também criou e dirigiu, entre 2001 e 2008, o Caleidos Arte e Ensino, instituto voltado para a capacitação de professores de arte da Educação Básica. Atualmente, em parceria com Fábio Brazil, é diretora do Instituto Caleidos, fundado em 2007 (WIKIDANÇA.NET, 2015). Já Fábio Brazil é formado em Língua e Literatura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Escritor, dramaturgo e diretor de dança, produtor cultural, cenógrafo e professor, dirige o Caleidos Companhia de Dança desde 2001. Participou, juntamente com Isabel Marques, da criação

* Graduada em Dança pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), graduada e mestra em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É professora de Dança da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás, atuante em escolas de Ensino Fundamental. Doutoranda em História pela UFG, com desenvolvimento de pesquisa em políticas públicas em Dança no estado de Goiás. E-mail: rejanebonomi@hotmail.com

e direção do Caleidos Arte e Ensino entre os anos de 2001 e 2008; repete a parceria com Isabel Marques na direção do Instituto Caleidos, fundado em 2007 (INSTITUTO CALEIDOS, 2015).

Com 175 páginas e prefaciado em sua primeira edição pela arte-educadora Ana Mae Barbosa (Comissão Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2015), os textos redigidos pela dupla Brazil-Marques são escritos sem rebuscamento – o que não significa que se caracterizem como textos sem profundidade.

Os autores partem, principalmente, do ambiente escolar para, a partir da memória dos leitores (seja como estudantes, seja como profissionais da área), criar conexões que integrem a escrita, o argumento deles e a realidade encontrada no ensino de Arte na Educação Básica brasileira. Explicitam, já no início, que a arte ensinada nas escolas é desconectada e descontextualizada do cotidiano pessoal dos estudantes, contribuindo para que os alunos não se interessem por este campo do conhecimento – ou ainda, falha mais grave, para que não reconheçam que eles próprios se encontram imersos também nesta área do conhecimento humano, em situações completamente cotidianas: ao ouvir uma música, ao ler/ver uma propaganda, ao assistir a um filme em um cinema.

Para os autores, não existe relação entre ensino de arte escolar e frequência artística na vida adulta, até mesmo porque a maioria do ensino artístico é voltado para as Artes Visuais, com produção escolar voltada para o trabalho superficial em artesanato ou em desenho.

Esta falta de conexão entre aprendizado escolar de arte e a realidade fora do universo educacional contribui, na perspectiva dos autores, para que a disciplina seja vista como uma *subdisciplina*, uma matéria de descanso entre as disciplinas mais exigentes do currículo básico, e que acaba sendo usada como objeto de punição/premiação entre os alunos. Nesse sentido, apesar dos avanços da legislação educacional vigente que transformou a arte em uma disciplina obrigatória no ambiente escolar, ela ainda não foi incorporada de fato como possuidora de saberes específicos próprios que contribuem para a formação humana – pois, apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) ter estabelecido que a Arte passasse a ser obrigatória como disciplina escolar na Educação Básica (Brasil; Ministério da Educação, 2015), explicita a obrigatoriedade apenas do ensino de música na Educação Básica, embora os Parâmetros Curriculares Nacionais incluam, em seu texto, as diretrizes norteadoras para o ensino de Música, Artes Visuais, Dança e Teatro (Brasil; Secretaria de Educação Fundamental, 1997).

Atualmente, está em tramitação o Projeto de Lei 7.032/10, o qual inclui o ensino de música, artes plásticas e artes cênicas no currículo obrigatório das escolas de Ensino Fundamental, alterando a LDB 9.394/96, que não é explícita sobre quais disciplinas devem ser ministradas (Brasil; Câmara dos Deputados, 2015).

Na concepção dos autores,

As linhas, cores, texturas, volumes propostos pelas artes visuais abrem-nos para leitura dos mundos de imagens em que vivemos. As formas, a ocupação do espaço, as qualidades do movimento presentes na linguagem da dança abrem portas para o corpo interagir no mundo, para o ser corpóreo que somos. Os timbres, ritmos, melodias da linguagem da música, por sua vez, abrem as janelas dos sons, das diversas paisagens sonoras que compõem nossos cotidianos. Com a linguagem do teatro, abrimos as portas das relações interpessoais, como atuantes na construção do tempo/espaço cênicos. A visualidade, a sonoridade e a forma das palavras tomam novo sentido sociopolítico-cultural ao estudarmos a linguagem da poesia. (BRAZIL; MARQUES, 2014: 30-31).

Esta compreensão da arte, contudo, não é atingida porque, de acordo com arte-educadores, apesar de o acesso a ela ser garantido pela legislação, a compreensão de sua essência é trocada pelo entendimento de sua superfície: produção artística escolar resumida a decoração de festas, a apresentação de coreografias desconectadas com o processo de aprendizagem discente, falta de qualificação dos profissionais envolvidos em seu ensino, entre outros exemplos e fatores constituintes (e contribuintes) desta lacuna.

Quase em tom de denúncia, os autores salientam que, enquanto os conteúdos das demais disciplinas se tornam base efetiva para o início dos estudos universitários (por exemplo, nas graduações em Matemática ou Engenharia Civil, o professor não precisa retornar ao que é uma função, ou como resolvê-la, para lançar novos conteúdos), os conteúdos desenvolvidos na área de Arte durante o Ensino Básico não levam para as universidades estudantes de Artes mais preparados para o Ensino Superior. Ao contrário, se é possível reconhecê-los neste nível de qualificação, é porque eles frequentaram cursos paralelos de arte durante a infância e a adolescência – resultando em um aprendizado mais técnico que teórico, muitas vezes. Mas a realidade universitária, muitas vezes, é que os cursos de graduação em Arte têm estudantes, em sua maioria, sem nenhum conhecimento no campo – fazendo com que as graduações façam o trabalho que deveria ter sido feito na Educação Básica.

Eles também apontam para a existência de uma visão ainda romântica do aprendizado em artes, na qual o estudante reconhecido como “talentoso” é o estudante que irá desenvolver carreira estritamente artística, e o estudante que não tem “talento”, é encaminhado para a licenciatura. Tal atitude, segundo Isabel Marques e Fábio Brazil, serve apenas para manter em vigência o círculo vicioso existente em relação ao ensino de Arte: professores que acreditam que não são competentes vão para as escolas em busca de sobrevivência para ensinar repertórios prontos e estabelecidos em prol de um ideal de arte do qual são alijados de seu processo de construção, por não terem “competência” em sua execução, ignorando e/ou negando as influências artísticas pessoais de seus alunos levadas para a escola e transformando o ambiente de sala de aula, ao invés de um lugar de trocas e experiências contextualizadas e críticas, em um local de embate “professores X alunos”, no qual ou os conteúdos trazidos pelos alunos são repassados sem contextualização crítica, ou os estudantes são massacrados pela perspectiva docente de uma arte grandiosa – mantendo um ensino de Arte sem conexão com o mundo existente fora dos muros escolares.

Nesse sentido, ambos ressaltam que o papel do professor de Arte dentro da escola é:

Acompanhar as relações entre os processos e os produtos dos estudantes, pois é corresponsável pela avaliação contínua das relações de ensino e aprendizagem dentro da escola. [...] Cabe ao professor [...] a proposição de projetos, a organização do currículo e a sistematização de conhecimento a ser trabalhado na escola durante o ano e durante os ciclos de escolarização. [...] Estabelecer relações no tempo/espaço entre a arte, os estudantes e a sociedade, escolhendo metodologias de ensino apropriadas e formas de avaliação coerentes. [...] Conhecer a comunidade escolar e o entorno da escola para construir pontes entre a produção artística local e a instituição de ensino. Mais além, cabe ao professor [...] tecer redes significativas entre a arte local e a universal, entre o cotidiano dos estudantes e as linguagens artísticas produzidas na escola e na sociedade.

Enfim, é papel do professor estabelecer as relações entre a Arte e as outras formas de conhecimento trabalhadas na escola, uma vez que é conhecedor do projeto político-pedagógico que norteia a instituição em que atua. (BRASIL; MARQUES, 2014: p. 48-50).

A partir da existência dessas problemáticas, os autores mapearam a existência de uma infinidade de projetos para o ensino de arte nas escolas formais que não são, necessariamente, gestados e postos em prática pelos professores formais desta

disciplina. De alguma maneira, ONGs, celebridades da mídia, artistas que não estão na escola e empresários acreditam que podem fazer “algo mais” pelo ensino de arte: acabam por montar projetos de ensino de arte para os alunos das escolas públicas que, ou são centrados no ensino de técnicas artísticas específicas, ou que reproduzem elementos da cultura de massa vivenciada fora da unidade escolar sem nenhum senso crítico. Tais práticas têm sobrevida, em grande parte, devido à preferência do poder público em se financiar projetos através de editais que em utilizar a mesma verba para capacitar o professor formal já estabelecido na escola e conhecedor da realidade estudantil:

É importante lembrar que o Estado – que criou, abandonou e perpetuou comunidades menos privilegiadas – continua não fazendo seu trabalho, que é transformá-las. Limitando-se a distribuir amistosamente e cinicamente as verbas sociais para trabalhos muitas vezes inconsistentes no ensino de Arte, o Estado está apenas perpetuando a existência das comunidades desprivilegiadas e uma fonte de renda para alguns empresários, políticos e artistas famosos. Enquanto isso, o trabalho a ser feito efetivamente pelas políticas e agentes públicos continua por fazer. (BRAZIL; MARQUES, 2014: p. 85).

Ambos reconhecem a importância de se ter diferentes segmentos sociais – de dentro e fora das unidades escolares – articulados e em constante diálogo para a melhoria efetiva do ensino público como um todo. Entretanto, eles não tratam de forma ingênua a realidade existente da distribuição de incentivos fiscais por meio de editais de “projetos artísticos” que não beneficiam ninguém mais, além do próprio empresário/celebridade/artista que os executa. Sobre isso, vem a calhar como exemplo do que os autores criticam o mais recente episódio da Educação brasileira envolvendo uma celebridade: em uma visita ao Ministério da Educação (MEC), a apresentadora Xuxa Meneghel foi saudada pelo ministro Cid Gomes pela sua iniciativa em produzir “exce-lentes materiais para o Ensino Infantil” (MINISTRO DA, 2015).

O ministro também afirmou que a apresentadora se dispôs a colaborar com os projetos do governo federal Mais Creches e Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa. A publicação de uma *selfie* do ministro e da apresentadora na página da rede social Facebook oficial do MEC juntamente com as informações acima gerou inúmeras críticas de educadores e pesquisadores brasileiros, que julgaram o posicionamento do ministro como indício de mercantilização do ensino brasileiro. Vale lembrar que as críticas extremamente contundentes de ambos os autores não se restringem somente às políticas públicas referentes ao ensino de Arte, acabando por respingar em progra-

mas educacionais ainda controversos na perspectiva deles, como o sistema de cotas das universidades públicas.

Foi estabelecendo as relações existentes entre estas três principais problemáticas do ensino de Arte na Educação que eles elencaram os problemas existentes na/da aprendizagem artística escolar, diagnosticaram a má-formação docente para atuar nesse espaço, e reconheceram o descaso público que não se interessa em investir no docente, capacitando-o e melhorando a estrutura no qual ele se insere, para criar políticas públicas pífias que não fazem diferença no ambiente escolar, que os autores elaboraram possibilidades viáveis para o ensino de Arte - reiterando, ao longo dos capítulos, a importância de sua existência nas escolas: permitir que o acesso, a fruição, a criação, a problematização, a crítica contextualizada e a construção de repertórios particulares por parte dos estudantes é capaz de construir e reforçar valores que não se encontram no campo do consumismo imediatista, da troca mercadológica desenfreada e/ou no dos fins que justificam os meios, e sim para efetivar a aquisição de conhecimento pelo indivíduo que amplia os seus horizontes, multiplicando suas leituras do mundo.

Por fim, esta não é uma obra que procura fechar a discussão em torno das dificuldades do fazer-ensinar Arte; ao contrário, ela reflete sobre as dificuldades atuais da área, buscando ampliar o diálogo para possíveis resoluções de seus problemas.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 7.032/2010*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=470941>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 09 mar. 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: arte*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 130 p.

BRAZIL, Fábio; MARQUES, Isabel. *Arte em questões*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Currículo Lattes Ana Mae Barbosa*. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4783696U0>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

INSTITUTO CALEIDOS. Disponível em: <http://www.caleidos.com.br/instituto_quemsomos.html>. Acesso em: 09 mar. 2015.

MINISTRO DA Educação publica foto com Xuxa e diz que ela se dispôs a colaborar com projetos. *O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ministro-da-educacao-publica-foto-com-xuxa-diz-que-ela-se-dispos-colaborar-com-projetos-15330287>>. Acesso em: 10 mar. 2015

WIKIDANÇA.NET. Disponível em: <http://wikidanca.net/wiki/index.php/Isabel_Marques>. Acesso em: 09 mar. 2015.

Recebido em: 15 de maio de 2015

Aceito em: 24 de maio de 2015